



Grant Thornton

Geradora Eólica de Ventos Angelim S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 30 de junho de 2022



Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias	3
Demonstrações financeiras intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2022	11

Relatório de revisão sobre demonstrações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Geradora Eólica de Ventos Angelim S.A.
Acará - CE

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Geradora Eólica de Ventos Angelim S.A. ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e aos períodos de três e seis meses do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 28 de janeiro de 2022 e 16 de julho de 2021, respectivamente, sem modificação.

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2022.



Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ 081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-025.583/O-1

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Balancos patrimoniais
Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2022	31/12/2021		Notas	30/06/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.713	2.824	Obrigações tributárias		7	8
Tributos a compensar	5	255	234	Arrendamento	9	187	373
		2.968	3.058	Partes relacionadas	8	496	-
						690	381
Não Circulante				Não circulante			
Imobilizado	6	1.020	1.020	Partes relacionadas	8	3.681	3.468
Intangível	7	36.905	36.693	Arrendamento	9	5.194	5.194
		37.925	37.713			8.875	8.662
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	7.388	7.388
				Lucros (Prejuízos) acumulados		90	(6)
				Adiantamento para futuro aumento de capital	11	23.850	24.346
				Total do patrimônio líquido		31.328	31.728
Total do Ativo		40.893	40.771	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		40.893	40.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Demonstração do resultado para os períodos findos
Em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>01/04/2022 a 30/06/2022</u>	<u>01/01/2022 a 30/06/2022</u>	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>
Despesas operacionais					
Serviço de terceiros		(4)	(4)	(7)	(7)
Tributos		-	(7)	(6)	(9)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(4)</u>	<u>(11)</u>	<u>(13)</u>	<u>(16)</u>
 Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	15	<u>69</u>	<u>127</u>	<u>10</u>	<u>28</u>
		<u>69</u>	<u>127</u>	<u>10</u>	<u>28</u>
 Lucro (prejuízo) antes dos tributos		<u>65</u>	<u>116</u>	<u>(3)</u>	<u>12</u>
 Contribuição social	16	(5)	(8)	-	(1)
Imposto de renda	16	<u>(7)</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do período		<u><u>53</u></u>	<u><u>96</u></u>	<u><u>(3)</u></u>	<u><u>10</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Demonstração do resultado abrangente para períodos findos
Em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>01/04/2022 a 30/06/2022</u>	<u>01/01/2022 a 30/06/2022</u>	<u>01/04/2021 a 30/06/2021</u>	<u>01/01/2021 a 30/06/2021</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do período	<u>53</u>	<u>96</u>	<u>(3)</u>	<u>10</u>
Total de resultados abrangentes do período	<u><u>53</u></u>	<u><u>96</u></u>	<u><u>(3)</u></u>	<u><u>10</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os períodos findos
Em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucro / (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>7.388</u>	<u>(78)</u>	<u>24.346</u>	<u>31.656</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Saldo em 30 de junho de 2021		<u>7.388</u>	<u>(68)</u>	<u>24.346</u>	<u>31.666</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		<u>7.388</u>	<u>(6)</u>	<u>24.346</u>	<u>31.728</u>
Lucro líquido do período		<u>-</u>	<u>96</u>	<u>-</u>	<u>96</u>
Reclassificação do AFAC	11	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(496)</u>	<u>(496)</u>
Saldo em 30 de junho de 2022		<u>7.388</u>	<u>90</u>	<u>23.850</u>	<u>31.328</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Demonstração do fluxo de caixa para os períodos findos
Em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro antes dos tributos do período		<u>116</u>	<u>12</u>
Redução (Aumento) dos ativos			
Tributos a compensar		(21)	1
Aumento (Redução) dos passivos			
Tributos e contribuições a recolher		(20)	(2)
Arrendamento		(186)	(186)
Caixa líquido (utilizado nas) pelas atividades operacionais		<u>(111)</u>	<u>(175)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa		<u>(111)</u>	<u>(175)</u>
Demonstração da redução de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2.824	3.124
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	<u>2.713</u>	<u>2.949</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa		<u>(111)</u>	<u>(175)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Demonstração do valor adicionado para os períodos findos
Em 30 de junho de 2022 e de 2021
(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(4)	(7)
	(4)	(7)
Valor adicionado bruto	(4)	(7)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	127	28
Valor adicionado total a distribuir	123	21
Distribuição do valor adicionado		
Governo (Impostos e contribuições)	27	11
Lucros retidos	96	10
	123	21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. (“Companhia” ou “Angelim”) é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 29 de fevereiro de 2016, por Brasil Ventos Energia S.A., Eólica Tecnologia Ltda, Ventos Tecnologia Elétrica Ltda e Central Eólica Angelim Ltda para, em conjunto com outras duas geradoras – Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A. e Geradora Eólica Ventos do Uirapuru S.A., explorar o potencial eólico denominado Parque Acaraú, no município de Acaraú, Estado do Ceará. Atualmente, a Companhia detém os direitos e deveres oriundos da operação de incorporação realizada em 22 de dezembro de 2020, abaixo narrada.

As atividades pré-operacionais do Parque Eólico Ventos de Angelim S.A. se iniciaram em março de 2016, em conjunto com os Parque Eólicos Uirapuru e Santa Rosa, que compunham o Complexo Eólico Acaraú.

Em seu projeto original, o Parque Eólico Ventos de Angelim S.A. possuiria 24 MW de potência instalada e comercializou no leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 9,1 MW médios com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. Na habilitação, foram previstos 14 aerogeradores de potência nominal de 2 MW com implantação de uma rede de distribuição de 34,5 kV, interligando os parques eólicos a subestação coletora que elevaria a tensão de 34,5 kV para 230 kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 230 kV, com cerca de 7 km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional, através da futura subestação denominada Acaraú II, no município de Acaraú, Estado do Ceará.

O custo estimado da construção dos Parques Eólicos foi de cerca de R\$ 115 milhões. Os recursos necessários para a construção do Parque Eólico Ventos de Angelim S.A seriam viabilizados por meio de uma estrutura financeira de “*Project Finance*”, envolvendo aporte de capital pelos acionistas das Companhias e captação de financiamento de longo prazo e empréstimo ponte no curto prazo junto ao BNDES e Instituições Financeiras.

Em função da derrocada financeira da fornecedora de aerogeradores pré-contratada, a WPE que teve decretada sua falência, convertida, posteriormente, em recuperação judicial, o Parque Eólico Ventos de Angelim S.A., assim como as duas outras SPEs já citadas que compunham o Complexo de Acaraú, tiveram seu projeto de implantação profundamente impactado, o que impossibilitou o cumprimento dos prazos previstos nas Portarias Autorizativas e Contratos de Energia.

Diante da impossibilidade de cumprimento das obrigações e da sobrecontratação de energia existente no setor elétrico no período, as referidas sociedades aderiram, em 2017, ao Mecanismo de Descontratação MCSD 4+, disponibilizado pelo Governo Federal como forma de contornar o problema de excesso de geração de energia, tendo rescindidos todos os seus contratos de fornecimento de energia do ambiente regulado.

Atualmente, os projetos a cargo da Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. estão em regime de gestão como *green-field*, adotando-se apenas as medidas necessárias à manutenção das obrigações sobre a área do parque. A alta administração da Companhia realiza acompanhamento permanente do projeto com intuito de analisar a viabilidade de sua implantação, ou a aplicabilidade de outra medida que venha a se fazer necessária, inexistindo, até o momento, qualquer definição no sentido de descontinuar o projeto.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

No aspecto societário, buscando a racionalização dos recursos, os acionistas optaram por realizar, na Companhia, a incorporação das sociedades que compunham os Complexos de Acaraú e de Famosa III, quais sejam SPEs Geradora Eólica Arara Azul S.A., Geradora Eólica Bentevi S.A., Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica Ouro Verde II S.A., Geradora Eólica Ouro Verde III S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A., Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., pela sociedade incorporadora Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., conforme AGE de 22 de dezembro de 2020.

Capitalização e privatização – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”)

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu sua oferta pública de ações. A oferta consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior.

No dia 17 de junho, a Eletrobras e suas controladas celebraram os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica de 22 usinas hidrelétricas.

Com a celebração dos Novos Contratos de Concessão, foram atendidas todas as condições para o processo de desestatização da Eletrobras, conforme previstas na Lei 14.182 e na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos n.º 203, de 19 de outubro de 2021, conforme alterada, e aprovadas na 181ª assembleia geral extraordinária de Eletrobras realizada em 22 de fevereiro de 2022 ("AGE Eletrobras").

Como resultado, os atos e contratos aprovados na AGE Eletrobras sob a condição de desestatização da Eletrobras – notadamente os itens 1 a 4 e 8 (segunda parte) do Sumário das Decisões da AGE Eletrobras passam a vigorar e gerar plenos efeitos a partir desta data.

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 25 de julho de 2022.

2 Bases de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 21 (R3) - Demonstração intermediária. As práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias referentes a 30 de junho de 2022, são consistentes com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2021, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

b. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas.

d. Demonstrações de valor adicionado - DVA

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprios.

3 Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis e os métodos de cálculo das demonstrações financeiras intermediárias descritas em detalhes abaixo foram aplicados de acordo com aquelas que já eram aplicadas na Companhia, mantendo a uniformidade.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*), quando necessário.

d. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

h. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

i. Arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendatários.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

j. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras intermediárias, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
- Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia não espera ter impactos significativos quando da adoção dos respectivos CPCs.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa e equivalentes de caixa as aplicações financeiras que possuem características de aplicação de curto prazo mantidas mantidos no Banco com a finalidade de satisfazer compromissos rotineiros e com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira).

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras	2.713	2.824
Total	2.713	2.824

As disponibilidades financeiras referentes ao investimento ainda não realizado estão aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, na modalidade Títulos Compromissados, cujo rendimento é de 99% (noventa e nove por cento) da média de fechamento diário do Certificado de Depósito Interbancário – CDI Over e possuem liquidez diária.

A receita gerada por estas aplicações é registrada como receita financeira. As aplicações são mantidas em instituições financeiras de 1ª linha (Banco do Brasil), remuneradas à taxas em linha com o perfil do investimento e prazo estabelecido.

De acordo com a exigência estabelecida na Resolução 3.284 do BACEN, as disponibilidades financeiras, quais sejam, aquelas não utilizadas para pagamentos de fornecedores e pessoal, estão aplicadas em conta de titularidade da Companhia no Banco do Brasil.

5 Tributos a compensar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CSLL a recuperar	27	24
IR a recuperar	228	210
Total	255	234

6 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

Imobilizado em curso	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Geração Eólica		
Licenças Ambientais	1.020	1.020
Adiantamento	223	223
(-) Impairment	(223)	(223)
Total	1.020	1.020

Não houve adições ao ativo imobilizado desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

7 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

Intangível em curso	30/06/2022			Saldo em 31/12/2021
	Custo	Amortização	Líquido	
Direito de uso - Arrendamento	7.742	-	7.742	7.742
Cessão de direitos	29.163	-	29.163	28.951
	36.905	-	36.905	36.693

A movimentação do ativo intangível no período foi a seguinte:

Descrição	31/12/2021	Adições	30/06/2022
Direito de uso – Arrendamento (*)	7.742	-	7.742
Cessão de direitos	28.951	212	29.163
	36.693	212	36.905

Descrição	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Direito de uso – Arrendamento (*)	7.408	334	7.742
Cessão de direitos	28.659	292	28.951
	36.067	626	36.693

(*) Vide Nota Explicativa 9.

Refere-se ao custo associado à cessão e transferência de direitos relativos a Geradora Eólica Ventos de Angelim, após as incorporações. Tal cessão está prevista no acordo celebrado entre os acionistas quando da constituição do Consórcio para participação no leilão.

Os direitos do projeto foram adquiridos das empresas desenvolvedoras, ambas controladas pela acionista do consórcio, Ventos Tecnologia Elétrica.

8 Partes relacionadas

Descrição	Circulante		
	31/12/2021	Atualização	30/06/2022
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	496
	-	-	496

Referem-se ao valor a pagar a Brasil Ventos Energia S.A, em decorrência de reembolso de despesas de rateios, este reclassificado do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Descrição	Não circulante		
	31/12/2021	Atualização	30/06/2022
Ventos Tecnologia Elétrica Ltda.	3.468	213	3.681
	3.468	213	3.681

Os saldos classificados no passivo não circulante, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se ao valor a pagar pelas geradoras à Central Eólica Angelim Ltda. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico, sendo devidos estes valores a partir da entrada em operação dos projetos. O termo é atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

9 Arrendamento

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia realizou estudo para enquadramento à nova regra e vem reconhecendo desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo em contrapartida ao Intangível - Direito de Uso.

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

A diferença entre o intangível e o passivo de arrendamentos a pagar se dá pelo fato de no intangível a movimentação ocorrer pela amortização, enquanto no passivo a movimentação é realizada pelos pagamentos aos arrendatários.

	30/06/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	187	5.194	5.381

	31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	373	5.194	5.567

10 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2020, foi feita a incorporação das SPEs Geradora Eólica Arara Azul S.A., Geradora Eólica Bentevi S.A., Geradora Eólica Ouro Verde I S.A., Geradora Eólica Ouro Verde II S.A., Geradora Eólica Ouro Verde III S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Rosa S.A., Geradora Eólica Ventos de Uirapuru S.A., pela sociedade incorporadora Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., totalizando um aumento no capital.

Em 01 de maio de 2021, o capital social subscrito e integralizado foi retificado. O valor apresentado em 31 de dezembro de 2020 foi de 8.000.000 de ações, valor este divergente do laudo de avaliação e da constante da AGE de incorporação, datada de 22/12/2020. Verificou-se que, após a incorporação do resultado das empresas incorporadas no capital da incorporadora, em 31/12/2020, onde se deu a incorporação do resultado (por prejuízo acumulado), representado 612.141 ações, o capital social correto não era de 8.000.000 de ações e, sim, 7.387.859 ações, passando a ser representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Dessa forma, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado ficou representado por 7.387.859 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

Capital Social	31/12/2021			30/06/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Brasil Ventos Energia	6.649.073	6.649	90,0000%	6.649.073	6.649	90,0000%
Ventos Tecnologia Eletrica	738.047	738	9,9900%	738.047	738	9,9900%
Central Eolica Angelim LTDA	100	1	0,0014%	100	1	0,0014%
Central Eolica Santa Rosa LTDA	97	-	0,0013%	97	-	0,0013%
Central Eolica Uirapuru LTDA	92	-	0,0012%	92	-	0,0012%
Central Eolica Arara Azul LTDA	86	-	0,0012%	86	-	0,0012%
Central Eolica Bentevi LTDA	95	-	0,0013%	95	-	0,0013%
Central Eolica Ouro Verde I LTDA	88	-	0,0012%	88	-	0,0012%
Central Eolica Ouro Verde II LTDA	90	-	0,0012%	90	-	0,0012%
Central Eolica Ouro Verde III LTDA	91	-	0,0012%	91	-	0,0012%
	7.387.859	7.388	100,00%	7.387.859	7.388	100,00%

11 Adiantamento para futuro aumento de capital

Apresentamos, a seguir, a composição do saldo classificado no patrimônio líquido, sob o título de adiantamentos para futuro aumento de capital:

Acionistas	Saldo de AFAC no Patrimônio líquido	Movimentação no período	Saldo de AFAC no Patrimônio líquido	%
	31/12/2021		30/06/2022	
Brasil Ventos Energia S.A.	21.961	(496)	21.465	99%
Ventos Tecnologia Elétrica	2.385	-	2.385	10%
Total	24.346	(496)	23.850	100%

O valor de R\$496 foi reclassificado para Partes Relacionadas e, referem-se ao valor a pagar a Brasil Ventos Energia S.A, em decorrência de reembolso de despesas de rateios.

12 Remuneração dos administradores, empregados e conselho fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira. Os diretores da Companhia renunciaram o recebimento de suas remunerações. A Companhia não possui, até o presente momento, conselho de administração e fiscal próprio.

	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	2	-	-
Número de membros remunerados	-	-	-
Valor da maior remuneração individual (R\$ mil)	-	-	-
Valor da menor remuneração individual (R\$ mil)	-	-	-
Valor médio de remuneração individual (R\$ mil)	-	-	-

Em atendimento à Resolução CGPAR nº3 de 31/12/2010, informamos que a Companhia não possui empregados.

13 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 30 de junho de 2022, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e índices de mercado, de liquidez e regulatório. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Considerando-se que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, os principais fatores de risco que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(i) Risco de taxa de juros e índices de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

14 Estrutura de Gerenciamento de riscos

a) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

b) Gestão de Risco

No período de suas atividades, construção, operação e manutenção do Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Parque Eólico.

15 Resultado financeiro

O resultado financeiro é impactado principalmente pelas receitas financeiras.

	30/06/2022	30/06/2021
Rendimento de aplicação financeira	134	30
PIS sobre receita financeira	(1)	-
COFINS sobre receita financeira	(6)	(2)
	127	28

16 Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	116	12
(-) Compensação prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(35)	(4)
(=) Base de cálculo	81	8
Contribuição social – 9%	(8)	(1)
Imposto de renda – 15%	(12)	(1)
Alíquota efetiva	20%	20%

17 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 30 de junho de 2022 e 2021 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalente de caixa:

- Atualização da cessão de direitos;
- Reclassificação do AFAC para partes relacionadas.

PEDRO EDUARDO
FERNANDES
BRITO:13363621892

Digitally signed by PEDRO
EDUARDO FERNANDES
BRITO:13363621892
Date: 2022.08.03 16:30:15 -03'00'

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Diretor Administrativo - Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico

MARIA INES
DRESSLER:53701
798087

Assinado de forma digital por
MARIA INES
DRESSLER:53701798087
Dados: 2022.08.02 19:46:18
-03'00'



Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC